

Opinião

EDITORIAL

É preciso zelar pela democracia

O desencanto geral com a classe política tem sido aproveitado por vozes antidemocráticas que viviam escondidas nas sombras, mas que nos últimos anos têm encontrado espaços para a exposição de suas ideias em fóruns digitais e até em alguns meios de comunicação tradicionais. O flerte saudosista com o autoritarismo é global e, embora não seja majoritário, traz sérias ameaças ao princípio da democracia liberal que se consolidou desde a segunda metade do século XX.

Não faltam exemplos a serem citados. Pesquisa Datafolha de dezembro de 2016 mostrou que 18% dos brasileiros são indiferentes sobre a preferência por um regime democrático ou uma ditadura e que outros 12% aceitariam a volta do autoritarismo “em certas circunstâncias”. Nos Estados Unidos, a

MOVIMENTOS DE FLERTE AUTORITÁRIO SÃO GLOBAIS E PRECISAM SER SEMPRE COMBATIDOS

indiferença também bate nos 30%, especialmente entre a população mais jovem, nascida a partir de 1980. Um estudo recente na Rússia mostrou que o ex-ditador Josef Stálin é ainda hoje considerado como a figura pública mais notável da história do país.

Não são poucos os políticos que se aproveitam ou tentam se aproveitar dessa insatisfação com

os resultados econômicos, culturais e sociais da era globalizada da livre circulação de pessoas, mercadorias e moedas. As tentações populistas podem se situar tanto à esquerda como à direita. O russo Vladimir Putin, o turco Recep Tayyip Erdogan e o venezuelano Nicolas Maduro passaram inicialmente pelo crivo democrático das urnas para depois construir maiorias legislativas e nas supremas cortes de seus países para endurecer seus regimes e assim se perpetuarem no poder.

Em situações assim, aos poucos são tolhidas várias instituições que pareciam consolidadas, como a imprensa livre, os tribunais constitucionais e vários direitos individuais, considerados obstáculos para o poder dominante.

Como o Brasil passar por um momento de expiação de pecados antigos e recentes e está às portas de mais uma eleição presidencial, é imprescindível vigiar esses movimentos - nem sempre declarados - contra a democracia.



LILIANA LAHORATTI

EDITORA-FECHAMENTO
liliانا@dci.com.br

PLANO DE VOO

Números dão alívio ao governo na semana

Depois da semana marcada pela primeira de uma série de denúncias da Procuradoria Geral da República, envolvendo o presidente Michel Temer (PMB) em suspeitas de corrupção, o governo deve ter um respiro com alguns números relativamente positivos da economia e a aprovação final da reforma trabalhista, no Senado. Na primeira semana de julho, os dados sobre a produção industrial de maio apontarão leve avanço em relação a abril e também na comparação com maio de 2016. A inflação oficial, medida pelo IPCA, apresentará deflação, o que não ocorria no índice desde junho de 2016. O IGP-DI também será negativo.

Leve reação da indústria

A produção industrial de maio, medida pelo IBGE, avançará ao redor de 0,6%, na previsão da GO Associados, e 3,1% em relação a maio do ano passado. “Essa alta reflete a melhora de vários indicadores antecedentes do setor, como o crescimento da produção de veículos, de papelão e ondulados, do fluxo de veículos pesados nas estradas, carga de energia elétrica, além da confiança dos empresários do setor”, afirmam os analistas da GO. Eles alertam, no entanto, que o aumento da instabilidade política pode prejudicar a retomada do setor a partir do segundo semestre.

Deflação da retração

O IPCA de junho virá negativo, na projeção da GO, em 0,17%, fato que não ocorre desde junho de 2016 neste indicador. Em 12 meses, o índice oficial da inflação no Brasil deve recuar de 3,60% para 3,06%. Esse movimento estimulou o Conselho Monetário Nacional (CMN) a cortar um pouco a meta da inflação para 2019 e 2020 e decorre da retração econômica. Outro índice de preços que pela quarta vez consecutiva virá negativo é o IGP-DI (FGV). Em junho, o indicador retrocedeu 0,68% e 1,25% no acumulado do ano.

Previdência depende de Temer

Se o governo já dá como certa a vitória na votação final da reforma trabalhista no auditório do Senado, nesta semana, é consenso no Congresso Nacional que as negociações em torno da reforma da Previdência serão retomadas após a definição do futuro do presidente Temer. Mas já se admite em Brasília que as mudanças no sistema de aposentadorias e pensões ficarão para o próximo ano. O que, na prática, deve significar mesmo 2019, pelas mãos do governo a ser eleito nas urnas em outubro de 2018. Mas no atual grau de incertezas, esse roteiro também pode mudar.

Blumenau digital

A cidade de Blumenau (SC) vem reforçando sua posição como um dos principais centros de tecnologia do país. Destaque como segundo polo brasileiro com maior contratação no setor em 2015, segundo a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia, o município acaba de lançar o portal blumenau.digital para valorizar a cultura de TI na região. A plataforma pretende reunir conteúdos relevantes de entidades do setor e resulta do programa Cidades Inteligentes da IBM, presente em locais como Nova York, Porto Alegre e São Paulo.

ARTIGO

Agenda Brasil

É necessário ampliar a participação do investimento nos gastos públicos

Mesmo que a economia brasileira consiga engatar uma trajetória de crescimento a partir de 2018, existem razões para acreditar que será um crescimento medíocre, incapaz de colocar o país numa trajetória de alcanceamento com respeito aos países desenvolvidos. Isso porque a economia brasileira possui uma série de problemas estruturais que limitam seu potencial de crescimento de longo-prazo. Na sequência irei fazer uma lista dos principais problemas estruturais que limitam nosso potencial de crescimento.

Em primeiro lugar, a economia brasileira vem passando nos últimos 20 anos por um processo de desindustrialização precoce, o qual tem impacto negativo sobre o crescimento de longo-prazo por dois canais distintos. Por um lado a desindustrialização reduz o nível e a taxa de crescimento da produtividade do trabalho uma vez que (i) a produtividade do trabalho é, na média, mais alta na indústria de transformação do que nos demais setores; de forma que uma redução da participação daquela no PIB reduz a produtividade média da economia e (ii) a indústria é a fonte dos retornos crescentes de escala e do progresso técnico (na sua maior parte incorporado em máquinas e equipamentos) indispensáveis para o crescimento da produtividade no longo-prazo. Por outro lado, a elasticidade renda das exportações dos produtos manufaturados é maior do que dos produtos primários, de tal forma que a desindustrialização atua no sentido de criar um desequilíbrio externo estrutural, tornando o país dependente de poupança externa e, portanto, dos humores dos mercados financeiros internacionais.

Em segundo lugar, o Brasil possui um desequilíbrio fiscal estrutural que se expressa numa nítida tendência ao aumento da carga tributária

e da despesa primária como proporção do PIB nos últimos 20 anos. Atualmente a carga tributária total (União, Estados e Municípios) responde por 33% do PIB, nível comparável à média dos países da OCDE, os quais possuem um nível de renda per capita muito maior que o Brasil. Sendo assim, torna-se necessário interromper o processo de crescimento da despesa primária, dada a perda de espaço para o aumento da carga tributária. Por outro lado, quando olhamos para a composição da despesa primária, observamos que menos de 10% da mesma é composta por investimento público. Os restantes 90% se destinam ao pagamento de gastos previdenciários e de assistência social, dos salários do funcionalismo público e do custeio de saúde e educação. Como os investimentos públicos em infraestrutura são fundamentais para o aumento da produtividade da economia como um todo e da competitividade da indústria de transformação; segue-se que é necessário mudar a composição da despesa primária, aumentando a participação dos investimentos.

Por fim, o Brasil possui uma instabilidade macroeconômica recorrente que se expressa em inflação relativamente alta (média de 6,5% de 1999-2015) e uma tendência à sobrevalorização da taxa de câmbio, pontuada por episódios de desvalorização súbita e expressiva do câmbio. A resistência da inflação no patamar de 6% ao ano explica a manutenção dos juros em patamares elevados, o que aumenta o custo do capital, desestimulando assim os investimentos produtivos; como ainda contribui para a valorização da taxa de câmbio ao atrair capitais externos interessados apenas em lucrar com o enorme diferencial entre os juros internos e externos.

JOSÉ LUIS OREIRO

PROFESSOR DE ECONOMIA DA UNB



joreirocosta@yahoo.com.br

DCI

Panorama Diário Comercial e Publicidade Ltda.

“É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação”

FSC MISTO Papel FSC® C113259

IVC

ASSOCIADO A ANJ

CENP

CONSELHO EDITORIAL - Alaide Quercia, Duilio Calciolari, Claudia Rei, Raphael Müller e Roberto Lira

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Raphael Müller - raphaelmuller@dci.com.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dci.com.br;

EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dci.com.br;

EDITORA-FECHAMENTO: Lilianna Lavoratti - lilianna@dci.com.br;

EDITORES: Anna Lúcia França, Fernanda Bompan, Fernando Miragaya, Jô Pasquatto, Paula Cristina Silva, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni. AGÊNCIAS NOTICIOSAS: Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL - DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dci.com.br; GERENTES: Nacional - Sandro Bertolotti - sandrob@dci.com.br - Publicidade Legal - Carlos Pontes - carlos.pontes@dci.com.br

Publicidade - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dci.com.br/comercial.legal@dci.com.br

Departamento de assinaturas - ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA): Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, e-mail: atendimento@dci.com.br; Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dci.com.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, e-mail: redacao@dci.com.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho, 90 - 7º e 8º andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Sucursal Rio - Avenida Rio Branco, 156, sala 1616 / Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20040-901, Telefone (21) 3178 4517

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo